

têm volumes específicos na coletânea *Os pensadores*, incluindo textos considerados psicológicos. John Dewey teve vários textos pedagógicos traduzidos graças aos interesses do movimento brasileiro da Escola Nova, destacando o seu último texto puramente psicológico, *Como pensamos* (1910). Livros clássicos da história da psicologia, como os de Boring e Herrnstein (1971) e os de Schultz e Schultz (2000), têm extratos de textos funcionalistas.

DEWEY, J. *Como pensamos?* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

BORING, E. G.; HERRNSTEIN, R. J. *Textos básicos da história da psicologia*. São Paulo: Herder/Edusp, 1971.

SCHULTZ, D.; SCHULTZ, S. E. *História da psicologia moderna*. São Paulo: Cultrix, 2000.

CARLOS EDUARDO LOPES

O behaviorismo radical



O behaviorismo surgiu oficialmente nos Estados Unidos em 1913, com a publicação do manifesto *Psychology as the behaviorist views it*, por John Broadus Watson (1878-1958). De modo geral, o manifesto pode ser entendido como uma crítica ao objeto e método da psicologia da época e como uma proposta que, supostamente, seria capaz de introduzi-la no campo das ciências naturais. Dessa maneira, Watson começa o manifesto afirmando que a psicologia, como ramo das ciências naturais, deveria renunciar ao estudo dos fenômenos mentais e, conseqüentemente, ao método introspectivo empregado nesse estudo. Isso porque os fenômenos mentais e o método introspectivo não tinham o caráter objetivo exigido pela ciência. A proposta foi, então, substituir o estudo da mente pelo estudo do comportamento, visto que este preenchia todos os requisitos de um objeto de estudo verdadeiramente científico: era objetivo (externo ao observador), mensurável, previsível e controlável. Além disso, dadas as suas características, o comportamento poderia ser diretamente observado por dois ou mais pesquisadores ao mesmo tempo (o que não era admitido pelos fenômenos mentais “introspectados”).

No entanto, quando Watson propõe que a psicologia científica deveria ser entendida como o estudo do comportamento (e não da mente), ele ainda não tinha um modelo que pudesse ser adotado. Cerca de três anos depois da publicação do manifesto, Watson encontraria tal modelo nas obras de um fisiólogo russo: Ivan Petrovich Pavlov (1849-1936).

No final do século XIX, a equipe de pesquisa de Pavlov estava estudando a participação das glândulas salivares na digestão. Uma peculiaridade dos estudos de Pavlov era o emprego de animais *in vivo*, ou seja, diferentemente de outros estudos fisiológicos da época, Pavlov acreditava que só era possível entender o funcionamento biológico de organismos que ainda estivessem vivos. Consequentemente, ele criticou seriamente os estudos *in vitro* que, segundo ele, “fatiavam o organismo” na tentativa de encontrar uma explicação para seu funcionamento.

Voltando aos estudos da participação das glândulas salivares na digestão, Pavlov planejou um aparato experimental que prendia seus sujeitos (no caso cães) a correias e, por meio de cânulas, coletava diretamente da boca dos animais a saliva secretada mediante a apresentação de diferentes tipos de alimento. Nesses estudos, Pavlov fez importantes descobertas, como, por exemplo, que a composição da saliva variava de acordo com o tipo de alimento introduzido na boca do animal. Todos esses resultados foram interpretados de acordo com um modelo de comportamento bastante divulgado na época: o reflexo. Segundo esse modelo, o alimento colocado na boca do animal (estímulo) produzia de maneira automática a atividade de salivar (resposta).

No entanto, durante os estudos, Pavlov observou um fato recorrente: depois de ter passado algumas vezes pela situação experimental, os cães começavam a salivar antes mesmo da apresentação da comida. A simples visão da situação experimental ou mesmo do experimentador, por exemplo, era suficiente para que os cães comessem a salivar. Isso causava uma série de incômodos: era preciso

esperar que os cães parassem de salivar, limpar todos os recipientes de coleta da saliva, para, de fato, começar o experimento.

Mas Pavlov, depois de se irritar bastante com esta situação, começou a prestar atenção a esse fato. O modelo reflexo exigia uma relação inata entre o estímulo e a resposta, e isso não era de maneira alguma observado quando os cães salivavam na presença do observador. Afinal, cães não nascem salivando para pessoas de jaleco branco. Consequentemente, só havia uma explicação possível: os cães aprenderam um novo reflexo.

Surge, assim, o chamado condicionamento clássico (ou pavloviano). Em poucas palavras, se um estímulo neutro (o experimentador ou as correias do aparato experimental) é apresentado sistematicamente antes de uma relação reflexa inata (no caso, a comida que produz salivação), depois de um tempo, o estímulo neutro torna-se capaz de produzir a resposta, mesmo na ausência do estímulo original.

Voltando aos primórdios do behaviorismo, ao tomar conhecimento dessas descobertas, Watson julgou ter encontrado o modelo que, supostamente, daria conta da explicação de todo comportamento humano. Dessa maneira, Watson passou a defender que, a partir de poucos reflexos inatos, adquirimos, por condicionamento, todo o nosso repertório de comportamentos.

Essa tese ganhou força quando Watson (1920) demonstrou experimentalmente sua teoria. Em primeiro lugar, ele apresentou um rato branco a um bebê (o pequeno Albert), verificando que não havia qualquer reação emocional do bebê em relação ao rato (na linguagem do senso comum, diríamos que o bebê não tinha “medo” do rato). Em seguida, valendo-se do conhecimento de que bebês reagem de maneira emocional (choram e ficam inquietos) a sons altos e abruptos, Watson produziu esse tipo de som (batendo em um pedaço de metal) ao mesmo tempo em que apresentava o rato branco para a criança. Depois de repetir esse processo siste-

maticamente, observou-se que, na presença do rato branco (estímulo inicialmente neutro), a criança começava a chorar, tentando afastar-se do animal (resposta). Com isso, Watson tinha criado o medo de rato na criança.

Passado o furor inicial das propostas e demonstrações de Watson, o behaviorismo tornou-se alvo de inúmeras críticas. Talvez a principal delas esteja voltada para o próprio modelo de comportamento adotado. O reflexo era entendido por Watson como uma relação inexorável entre estímulo e resposta: diante de um estímulo, deveria ser possível prever com certeza que a resposta ocorreria e, dada a resposta, seria inevitável admitir que essa foi antecedida pelo estímulo. Trata-se de uma concepção mecânica (ou mecanicista) de comportamento, na qual não há qualquer espaço para a variação ou falha na relação entre estímulo e resposta.

No entanto, não é difícil encontrar exceções para essa regra. Há uma série de situações em que observamos a ação, ou resposta, sem que sejamos capazes de identificar um estímulo antecedente específico (como quando alguém age de maneira agressiva sem uma causa específica), ou ainda, situações em que observamos o estímulo sem a ocorrência da resposta (como quando alguém, mesmo vendo o sinal vermelho, não para no cruzamento).

Toda a história posterior do behaviorismo consiste em tentativas de responder a essas críticas e de corrigir alguns exageros de Watson. Não cabe aqui percorrer de maneira exaustiva toda essa história, até porque se trata de uma história razoavelmente longa e variada (começou em 1913 e se desdobra até os dias de hoje). Basta, por ora, mencionar que as diferentes correções do projeto behaviorista culminaram em propostas cada vez mais distantes do projeto watsoniano. Dessa forma, o tipo de behaviorismo que encontramos atualmente, produto de toda essa história, já não compartilha da maioria das propostas originais.

Neste capítulo, examinaremos a versão contemporânea do behaviorismo conhecida como *behaviorismo radical*, cujo fundador foi o

psicólogo norte-americano Burrhus Frederic Skinner. Segundo esse autor, o behaviorismo radical é uma filosofia que delimita tanto o objeto de estudo quanto os métodos de uma psicologia científica, a análise do comportamento. A radicalidade desse tipo de behaviorismo resulta do fato de ser uma proposta que leva a cabo a principal tese do behaviorismo: explicar a totalidade dos fenômenos psicológicos em termos de comportamento. Em suma, o behaviorismo radical radicaliza a proposta de adoção do comportamento como objeto de estudo da psicologia científica. Mas por que outros tipos de behaviorismo não são radicais?

Uma resposta a essa pergunta pode ser encontrada na definição de psicologia defendida pelo behaviorismo radical. Evidentemente, trata-se de uma ciência do comportamento, mas, como veremos a seguir, há uma peculiaridade do behaviorismo radical que o diferencia dos demais "behaviorismos".

Definição da psicologia

Um filósofo francês, Pierre Gréco, disse certa vez que a psicologia científica depara-se com o seguinte impasse: ou mantém o método científico, afastando-se dos assuntos verdadeiramente psicológicos, ou se debruça sobre esses assuntos, tendo de abandonar o método científico.

Esse impasse pode ser vislumbrado na história da psicologia por duas concepções que, desde o nascimento da disciplina, apareceram como uma "tentação" para a formulação de uma psicologia científica: o reducionismo fisiológico e o mentalismo.

Os problemas que cada uma dessas concepções traz para uma psicologia científica são razoavelmente evidentes: o reducionismo fisiológico compromete o projeto de uma disciplina psicológica autônoma, pois se fundamenta na crença de que uma fisiologia bem desenvolvida daria conta de todo e qualquer fenômeno psicológico. Para essa concepção, mental é igual a cerebral e, por isso, a psicologia deverá em algum momento ser substituída pela neurofisiologia.

Já o mentalismo conflita com os cânones de um método científico, uma vez que nessa concepção o mental é algo intangível, interno, íntimo, pessoal e, portanto, impossível de ser estudado por uma ciência, que, por sua vez, está interessada na busca de leis, de universalidade, e não de particularidades.

O behaviorismo radical pode ser entendido como uma das propostas que apontaram uma solução plausível para esse impasse. De antemão, todos os tipos de behaviorismo configuram-se como uma proposta diametralmente oposta ao mentalismo: a escolha do comportamento como objeto de estudo está calcada, entre outras coisas, na tentativa de evitar os constrangimentos trazidos pela adoção da mente como objeto de estudo e da introspecção como método da psicologia científica.

Até aqui, nada de novo. Argumentos contra o emprego da introspecção como método científico já tinham sido formulados por filósofos desde o século XIX e retomados pelo próprio Watson em 1913. No entanto, a virtude da proposta behaviorista radical está em negar o mentalismo sem recair no reducionismo fisiológico. Em outras palavras, ao propor o comportamento como objeto de estudo da psicologia científica, o behaviorismo radical inaugura uma espécie de campo psicológico neutro: nem fisiológico, nem mentalista, mas comportamental.

Dessa forma, embora o comportamento dependa do funcionamento biológico, não se reduz a ele. Dentre as várias atividades do organismo, o comportamento destaca-se por ter um *sentido* próprio, que não pode ser apreendido pela fisiologia e que, portanto, inviabiliza uma redução da atividade comportamental à fisiológica. Portanto, ao defender a neutralidade do comportamento, o behaviorismo radical evita o debate fisiologia *versus* mentalismo.

A história do behaviorismo mostra que, se, por um lado, a proposta de estudar o comportamento em seu próprio domínio parece ser uma solução para o impasse reducionismo *versus* mentalismo, por

outro, levar essa proposta adiante não é uma tarefa fácil. A maioria dos projetos behavioristas, incluindo o próprio Watson, cedeu, em algum momento, à tentação de considerar o comportamento como "sintoma" do funcionamento do organismo.

A "radicalidade" do behaviorismo radical está, portanto, em definir psicologia como estudo do comportamento em seu próprio domínio e em se manter fiel a essa definição. Mas, afinal, o que é comportamento? Talvez a resposta a essa questão delimite de maneira mais clara a diferença entre o behaviorismo radical e as demais propostas de psicologia.

Princípios fundamentais

Desde as primeiras propostas behavioristas, o comportamento é entendido de maneira genérica como uma relação entre organismo e ambiente. No entanto, essa definição não ajuda muito, pelo menos enquanto essa relação não for explicada. Para o behaviorismo de Watson, por exemplo, a relação entre organismo e ambiente era entendida como linear e unidirecional. Em outras palavras, no modelo reflexo de comportamento, o ambiente "força" o organismo a se comportar.

No caso do behaviorismo radical, a relação entre organismo e ambiente é bem mais complexa: o organismo age sobre o ambiente e, com isso, produz modificações que alteram a relação como um todo. Um primeiro olhar sobre essa descrição revela um aspecto do comportamento considerado fundamental para o behaviorismo radical: as consequências das ações. Dessa forma, o *sentido* ou *função* de uma ação é dado pelas consequências que ela produz no ambiente.

Em suma, na descrição de qualquer comportamento, contamos com uma ação que modifica o ambiente por meio das consequências, e essas, por sua vez, alteram a própria relação. Essa dinâmica da relação organismo-ambiente é denominada *contingência de*

reforçamento pelo behaviorismo radical. O termo *contingência* especifica algumas características importantes do comportamento. Em primeiro lugar, os eventos estão em uma relação de dependência do tipo “se..., então...”. Isso significa que o comportamento é estruturado de modo que os eventos dessa relação seguem um padrão. Em segundo lugar, o termo *contingência* é empregado para especificar que o comportamento é probabilístico. Em outras palavras, embora estejamos falando de uma relação de dependência, não há uma necessidade ou obrigatoriedade na ocorrência da ação e, por isso, talvez seja mais correto dizer que a relação é do tipo “se..., então provavelmente...”.

Já o termo *reforçamento* faz referência aos efeitos da organização especificada pelo termo *contingência* no comportamento. Em outras palavras, quando a relação “se..., então provavelmente...” é satisfeita, podemos esperar um efeito de reforçamento ou fortalecimento dessa estrutura, ou seja, essa mesma relação tende a se manter. Dessa forma, a *contingência* de reforçamento explica as regularidades na relação organismo–ambiente ou, em outros termos, os padrões de comportamento.

Esquemáticamente, a *contingência* de reforçamento é representada como:

$$S \cdot R - C,$$

sendo S o ambiente no qual ocorre a ação, R, a ação propriamente dita, e C, a consequência da ação.

Dessa forma, a *contingência de reforçamento* especifica que certos aspectos do ambiente (S) sinalizam que, se uma dada resposta (R) ocorrer, ela tem alta probabilidade de ser seguida por uma consequência (C). No entanto, é preciso ressaltar que, por se tratar de um esquema, a representação “S · R – C” omite alguns aspectos importantes do comportamento. Em primeiro lugar, como descrito anteriormente, a consequência altera *toda* a relação. Assim, o efeito reforçador de uma consequência é sempre observado no futuro, ou

seja, na ocorrência de novas ações semelhantes às que produziram essa consequência no passado. Com isso, podemos dizer que o comportamento funciona como um fluxo, uma sucessão de eventos, cuja direção é dada pelas consequências das ações passadas.

Outra possível confusão que pode ser suscitada pelo esquema “S · R – C” diz respeito a uma aproximação indevida entre o behaviorismo radical e o behaviorismo clássico de Watson. O modelo de comportamento adotado pelo behaviorismo radical distancia-se muito do modelo reflexo adotado pelo behaviorismo clássico. Para o behaviorismo radical, o ambiente não “força” o organismo a se comportar (como defendia o modelo reflexo); em vez disso, ele *opera* sobre o ambiente produzindo consequências. Daí o comportamento ser também chamado no behaviorismo radical de operante (ou comportamento operante).

No entanto, ao falarmos de comportamento operante como aquele que opera sobre o ambiente, isso significa que a ação ocorre antes do ambiente ou na ausência do ambiente. Como já mencionado, a ação opera sobre o ambiente e, portanto, este deve estar presente durante a ação (trata-se do “S” no esquema). Assim, embora o esquema operante (S · R – C) compartilhe de alguns dos elementos do esquema reflexo (S – R), a relação descrita por cada um é completamente distinta. Nesse sentido, é inadequado afirmar que o esquema operante é simplesmente um acréscimo da consequência ao esquema reflexo.

Ainda em relação ao papel das consequências na descrição do comportamento operante, é preciso uma última palavra. Como mencionado anteriormente, se a estrutura da *contingência* de reforçamento (S · R – C) for satisfeita, devemos esperar um reforçamento desse padrão – diante de uma situação (S) parecida com aquela em que a consequência (C) foi produzida no passado, o organismo age novamente da mesma forma (R). De maneira análoga, se a *contingência* for interrompida, ou seja, se à ação não se seguir a consequência, devemos esperar que o padrão de comportamento

constituído pela contingência entre em *extinção*, ou seja, diminua cada vez mais a probabilidade de a ação ocorrer naquela situação.

Em suma, no behaviorismo radical, comportamento é a relação entre organismo e ambiente. Essa relação segue uma estrutura que recebe o nome de contingência de reforçamento e pode ser representada como "S · R – C". Além disso, por contar com uma ação que *opera* sobre o ambiente produzindo consequências, o comportamento estruturado pela contingência de reforçamento é chamado de comportamento operante.

Implicações práticas

O repúdio ao mentalismo e as noções de comportamento operante e contingência de reforçamento fundamentam uma atuação razoavelmente diferenciada de outras psicologias. Em primeiro lugar, para o behaviorismo radical, os fenômenos psicológicos são fenômenos comportamentais e, como tais, podem ser entendidos em termos de contingências de reforçamento que mantêm um certo padrão de comportamento. Dessa maneira, sempre deve ser possível uma tradução em termos de comportamento.

Pensemos em um exemplo comum. Um aluno do ensino médio é mandado pela oitava vez no mês para a diretoria. Os professores e pais desse aluno já não sabem mais o que fazer: já tentaram conversar, repreendê-lo, privá-lo das coisas preferidas. Nada disso funcionou. Os professores já levantaram a hipótese de que se trata de um caso de hiperatividade e que os pais deveriam procurar ajuda psiquiátrica. Há, nesse caso, um outro fato que chama a atenção. Os pais do aluno são separados, e a mãe estranhou muito quando foi chamada pela primeira vez à escola, pois em sua casa a criança é, geralmente, bastante tranquila. Já o pai não se assustou e achou bastante razoável o "diagnóstico" de hiperatividade. Como um psicólogo embasado pelo behaviorismo radical procederia nesse caso?

Em primeiro lugar, termos como *hiperatividade*, *depressão*, *ansiedade*, entre outros, não ajudam muito (às vezes até atrapalham). Isso porque essas classificações muitas vezes são entendidas como causas "internas" (mentais) do comportamento. Evitando então esses termos, devemos lembrar da estrutura da contingência e entender o caso em termos de aspectos ambientais (S), ações (R), e consequências (C). No nosso exemplo, temos um conjunto de ações que, geralmente, são designadas como "indisciplina": não fazer as tarefas, responder agressivamente aos professores, provocar os colegas, sair da sala sem permissão etc. O segundo passo é perguntar pelas consequências produzidas por essas ações, ou seja, o que acontece quando o aluno se comporta de maneira indisciplinada? Digamos que, ao se comportar dessa forma, o aluno torne-se o centro das atenções: todos olham para ele, ele ganha respeito dos colegas, é o principal assunto no recreio e nas salas dos professores, e assim por diante. Por fim, podemos nos voltar para os aspectos do ambiente que estão presentes quando a ação ocorre. O fato de haver diferença no comportamento da criança em relação ao pai e à mãe nos indica que há duas contingências diferentes em jogo. Em outras palavras, a relação entre S · R – C é diferente quando S é o pai ou quando é a mãe. No primeiro caso, temos que, na presença do pai (S¹), ações indisciplinadas (R) produzem atenção (C). Já na presença da mãe (S²), as mesmas ações (R) *não* produzem atenção (C). O resultado dessa diferença de contingências é que, na presença do pai, há uma maior probabilidade de ocorrência de comportamentos indisciplinados do que na presença da mãe.

E onde entra a escola nessa história? Possivelmente, o comportamento indisciplinado está relacionado com o modo como o pai trata a criança, que deve ser parecido com o tratamento dado pelos professores. O tratamento dado à criança é, portanto, uma propriedade comum às duas situações (casa do pai e escola), o que aumenta a probabilidade de o mesmo tipo de ação ocorrer (indis-

ciplina) e ser seguida pela mesma consequência (atenção). Isso é confirmado pela observação de que a indisciplina também é seguida por atenção na escola.

De posse dessa análise, torna-se claro que, para acabar com o comportamento de indisciplina, é preciso alterar as contingências: as ações indisciplinadas não devem mais ser seguidas por atenção. Isso quer dizer que o comportamento inadequado da criança deve ser ignorado. Evidentemente, isso não quer dizer que a criança não deva mais receber atenção, mas é preciso criar uma nova contingência: tanto na escola quanto na casa do pai (S), as ações consideradas adequadas (R) deverão ser reforçadas pela atenção dos professores e do pai, respectivamente.

Alguns aspectos desse exemplo devem ser destacados. Em primeiro lugar, a análise não deve levar à conclusão de que a criança se comporta *para* obter atenção. O que explica o comportamento da criança são as consequências envolvidas com a ação no passado e no presente, e não uma "intenção" anterior à ação. Deveríamos, então, dizer que a criança se comporta de maneira indisciplinada porque, tendo se comportado assim no passado, recebeu atenção e continua a recebê-la atualmente.

Um segundo aspecto que precisa ser destacado é que a criança não precisa saber o que está fazendo, muito menos por que o está fazendo. Em outras palavras, provavelmente, a criança não sabe que está se comportando conforme a atenção recebida. Aliás, na maioria das vezes, somos incapazes de explicar, de maneira satisfatória, nossos comportamentos (agimos sem saber que agimos e sem saber por que agimos). Na realidade, para uma intervenção, não faz muita diferença se a pessoa sabe ou não por que está se comportando: sempre devemos olhar para as contingências envolvidas.

Por fim, no behaviorismo radical, há uma prevalência de intervenções que se valem de extinção em vez de punição (remove-se a consequência reforçadora em vez de apresentar uma consequência

punitiva). A justificativa para isso estão no exemplo; as tentativas de punir o comportamento indisciplinado da criança (repreensão, castigo etc.) não surtiram efeito, ou seja, não foram capazes de modificar o comportamento. Isso porque, no exemplo, o castigo tinha função reforçadora (era um tipo de "atenção"). Além disso, a punição gera uma série de efeitos indesejáveis: agressividade, esquiva da situação (o aluno deixa de frequentar a aula), reações emocionais, entre outras.

Com isso, a contingência de reforçamento é, para o behaviorismo radical e para as práticas psicológicas embasadas por esse modelo teórico, uma "ferramenta" que permite a atuação do psicólogo em diferentes áreas. Se somarmos essa conclusão à definição de psicologia como estudo do comportamento sem referência à mente ou à fisiologia, encontraremos no behaviorismo radical uma nova maneira de encarar os fenômenos psicológicos: fenômenos comportamentais que, como tais, podem ser modificados por meio da identificação e alteração das contingências de reforçamento. Isso pode ser visto não apenas em intervenções terapêuticas (como a descrita acima), mas também em algumas iniciativas, como o ensino programado proposto por Skinner.

Comportamento e vocabulário mental

O behaviorismo radical é uma filosofia que embasa uma ciência (análise do comportamento) e as práticas psicológicas derivadas do conhecimento construído por essa ciência. Como já mencionamos, o principal aspecto dessa filosofia é defender a possibilidade de um tratamento inteiramente comportamental dos fenômenos psicológicos. Em outras palavras, tudo o que estamos acostumados a considerar como mental (pensamentos, emoções, desejos, criatividade, impulsos etc.) pode, para o behaviorismo radical, ser entendido como comportamento.

Com isso, o behaviorismo radical acaba por distanciar-se novamente do behaviorismo clássico. Para Watson, os termos mentais

remetem a ficções que não podem ser tratadas de um ponto de vista científico; conseqüentemente, todo vocabulário mental deve ser eliminado da psicologia. Para o behaviorismo radical, os termos mentais são entendidos do ponto de vista do comportamento verbal e, conseqüentemente, devem ser interpretados em vez de eliminados.

Quando alguém diz que está ansioso, por exemplo, essa afirmação deve ser entendida como um comportamento verbal. Logo, deve ser passível de uma análise em termos de contingências de reforçamento: no passado, diante de uma certa audiência e, possivelmente, de certas condições corporais (S), a emissão da resposta verbal “estou ansioso” (R) foi seguida por alguma consequência reforçadora (C). Dessa maneira, a importância na análise dos termos mentais é deslocada para as consequências produzidas pela resposta verbal. Em outras palavras, para entender por que alguém diz que está ansioso, temos de nos perguntar pelas consequências que se seguiram a essa resposta verbal no passado.

Não há como discutir, aqui, os pormenores teóricos e práticos da análise do comportamento verbal. No entanto, em relação ao tratamento dos termos mentais, é preciso mencionar pelo menos um aspecto relevante. Como pôde ser observado no exemplo anterior, o behaviorismo radical admite a possibilidade de que condições corporais participem de contingências de reforçamento. Nesse ponto, é preciso retomar algumas das discussões feitas anteriormente. Evidentemente, essas condições corporais, que podem participar das contingências, não são de natureza sobrenatural. Além disso, o fato de condições corporais participarem das contingências não pode ser entendido como uma retomada do reducionismo fisiológico.

Novamente, a saída está em entender o comportamento em seu próprio domínio. Se certas condições corporais participam do comportamento verbal, elas devem ser consideradas comportamentais. Não é preciso um estudo fisiológico para elucidar por que uma

pessoa diz que está ansiosa. O mesmo vale para a situação contrária, em que condições fisiológicas não participam de nenhuma contingência: nesse caso, uma análise comportamental não tem nada a dizer sobre o assunto. Em outras palavras, embora certas condições corporais participem do comportamento, elas não o explicam. A explicação do comportamento deve ser buscada nas contingências de reforçamento.

Os métodos da análise do comportamento

Há ainda um ponto que merece ser destacado. Ao admitir a possibilidade de condições corporais participarem de contingências, o behaviorismo radical volta a se deparar com a questão da introspecção. Afinal, só é possível um acesso introspectivo dessas condições corporais.

Para o behaviorismo radical, o problema não está na introspecção, mas no que é “introspectado”. O fato de apenas a própria pessoa poder observar, diretamente, suas condições corporais não legitima a defesa de uma natureza sobrenatural para essas condições. Além disso, como já mencionado, embora condições corporais possam participar de contingências, o sentido do comportamento é dado pelas consequências e não pelos estímulos antecedentes (que, eventualmente, podem ser condições corporais “introspectadas”). Nesse sentido, para a análise do comportamento, a observação das condições corporais não é um problema.

Outra peculiaridade do behaviorismo radical refere-se à crítica aos estudos com grupos estatísticos. Uma vez que o comportamento é produto de uma complexa história de exposição a contingências, não há como estabelecer casos típicos ou médios. Por isso, torna-se inviável defender uma tipologia ou mesmo uma explicação padrão para qualquer comportamento. Nesse ponto, torna-se mais clara a ineficácia de termos como *depressão*, *hiperatividade*, entre outros, para a explicação do comportamento: não existe *a* depressão, exis-

tem diferentes depressões, pois cada caso deve ser explicado por sua história de contingências específica.

Otimismo e ética

Partindo da possibilidade de interpretação comportamental dos fenômenos psicológicos, o behaviorismo radical configura-se como uma proposta bastante otimista: se os fenômenos psicológicos podem ser entendidos em termos de comportamento, que, por sua vez, podem ser mantidos ou modificados pela manipulação das contingências de reforçamento, todo problema psicológico parece ser, a princípio, passível de solução.

Evidentemente, esse otimismo tem limites. Além da história pessoal, o comportamento é também produto da história de uma espécie. Há, portanto, limitações da estrutura orgânica que não podem ser superadas pelo arranjo de contingências de reforçamento: não há como arranjar contingências para ensinar, por exemplo, uma pessoa a voar. Da mesma maneira, alterações biológicas podem limitar a relação do organismo com o ambiente (se uma pessoa foi acometida por uma cegueira incurável, não adianta exigir que ela responda adequadamente às cores dos objetos).

É importante ressaltar que o otimismo do behaviorismo radical leva a interessantes comprometimentos éticos. Segundo essa filosofia, o conhecimento sobre o comportamento pode e deve ser empregado para a construção de um mundo melhor para todos. Uma vez que nos comportamos conforme um ambiente social, entendido como um conjunto de contingências de reforçamento organizadas e mantidas pelas pessoas que compartilham desse ambiente, basta modificar essas contingências para mudar tanto as pessoas quanto o mundo. Nesse sentido, explicações mentalistas ou fisiológicas do comportamento desviam nosso olhar das contingências, nos afastando de uma possível solução de nossos problemas. Nas palavras de Skinner:

O apelo a estados e processos cognitivos é um desvio que pode muito bem ser o responsável por muitas de nossas falhas em resolver nossos problemas. Precisamos mudar nosso comportamento e podemos fazê-lo somente mudando nossos ambientes físico e social. Escolhemos o caminho errado, logo de início, quando supomos que nosso objetivo é mudar as “mentes e corações dos homens e mulheres” em vez do mundo onde eles vivem. (Skinner, 2007, p. 318)

Bibliografia comentada

BAUM, W. M. *Compreender o behaviorismo: comportamento, cultura e evolução*. 2. ed. rev. Porto Alegre: Artes Médicas, 2006.

Publicado originalmente em inglês em 1994, o livro apresenta, de maneira didática, algumas das influências filosóficas do behaviorismo radical, com especial destaque para o pragmatismo. Além disso, como o subtítulo menciona, as propostas do behaviorismo radical são apresentadas partindo-se da teoria da evolução e chegando à análise da cultura. Nesse itinerário, encontramos a discussão de uma série de temas psicológicos em termos de comportamento.

CARRARA, K. *Behaviorismo radical: crítica e metacrítica*. 2. ed. rev. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

Editado pela primeira vez em 1998, é um ótimo livro para entrar em contato com a história do behaviorismo (sobretudo nos dois primeiros capítulos, dedicados ao pensamento de Watson). Além disso, descreve de maneira cuidadosa os principais pontos da literatura crítica do behaviorismo radical, indicando tanto as respostas às críticas quanto as lacunas dessa teoria.

SKINNER, B. F. *Sobre o behaviorismo*. 6. ed. São Paulo: Cultrix, 2000.

Publicado originalmente em inglês, em 1974, é um dos livros mais acessíveis de Skinner. Foi escrito para responder a vinte crí-